LINGUAGENS, RAÇA, GÊNERO E DISSIDÊNCIAS: PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO

Jheff Manoel da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3945-7142
Endereço Eletrônico: jheffiton.manoel@gmail.com

Iris Nunes de Souza
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1082-1537
Endereço Eletrônico:iris.souza@uesb.edu.br

Palavras-chave: linguística aplicada; letramentos; raça; gênero; escola pública.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, em andamento, investiga práticas de leitura e escrita em uma turma regular do Ensino Médio de uma escola pública estadual no interior da Bahia, tomando como eixo a relação entre linguagem, raça, gênero e dissidências. O problema de pesquisa pergunta de que modo práticas de leitura e escrita mediadas por gêneros jornalísticos e opinativos podem favorecer a autoria e a negociação de sentidos quando os textos mobilizam raça, gênero e dissidências no primeiro ano do ensino Médio de uma escola pública no município de Jitaúna – Bahia? O objetivo geral é problematizar práticas de leitura e escrita mediadas por gêneros jornalísticos e opinativos afim de que contribuam para a produção de autoria e para a negociação de sentidos em torno de raça, gênero e dissidências no primeiro ano do ensino Médio de uma escola pública no município de Jitaúna – Bahia.

A relevância social está na defesa de uma aula de Língua Portuguesa que reconheça os estudantes como sujeitos de linguagem, e não como destinatários passivos de conteúdos. Em contextos marcados por desigualdades raciais, de gênero, territoriais e econômicas, ler e escrever não se restringe ao domínio de técnicas. Trata-se de produzir sentidos, disputar enquadramentos e assumir responsabilidade pelo dizer. Por isso, a proposta evita tratar raça,

gênero e dissidências como pautas externas ao currículo e as compreende como dimensões que atravessam os textos, as avaliações e as interações escolares.

O estudo articula Linguística Aplicada crítica, letramentos, gêneros do discurso, Análise do Discurso, colonialidade do poder, necropolítica, gênero e pedagogias decoloniais. Moita Lopes (2006) permite compreender a linguagem em uso como prática social situada. Kleiman (1995) e Street (2014) sustentam a leitura e a escrita como práticas sociais. Bakhtin (1997) contribui para pensar gêneros, responsividade e autoria. Orlandi (2009) e Pêcheux (2009) orientam a análise da memória discursiva e do interdiscurso. Quijano (2005), Butler (2018), Mbembe (2016) e Walsh (2017) ajudam a ler os modos como corpo, raça, gênero, vida e resistência são produzidos discursivamente.

METODOLOGIA

A investigação adota abordagem qualitativa, de inspiração etnográfica e orientação de pesquisa-ação educacional. A perspectiva qualitativa considera as práticas de linguagem em seu contexto escolar, enquanto a inspiração etnográfica, com base em André (1995), orienta a observação do cotidiano, das interações e das materialidades produzidas pelos estudantes. A pesquisa encontra-se, atualmente, em etapa inicial de organização teórica e metodológica, anterior à realização do trabalho de campo.

A pesquisa-ação, fundamentada em Thiollent (2011) e Tripp (2005), compreende a intervenção pedagógica como parte do processo investigativo. Estão previstos vinte horas de atividades, envolvendo diagnóstico, leitura e análise de textos jornalísticos e opinativos, produção, revisão e reescrita de artigo de opinião. A etapa de campo será realizada após os procedimentos éticos e a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa.

DISCUSSÕES INICIAIS

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, esta seção não apresenta efeitos conclusivos da intervenção, mas sistematiza o amadurecimento teórico, curricular e analítico que orienta a etapa de campo. O primeiro resultado do percurso é a passagem de um recorte apenas temático para uma matriz de análise linguístico-discursiva. Essa escolha impede que

raça, gênero e dissidências sejam anexados à aula de Língua Portuguesa como assuntos de sensibilização sem vínculo com a materialidade dos textos. Em diálogo com André (1995), a teoria não aparece como ornamento anterior aos dados, mas como instrumento que organiza perguntas, categorias provisórias e modos de observar o cotidiano escolar.

Raça, gênero e dissidências não aparecem como temas externos à aula de Língua Portuguesa, mas como dimensões que atravessam os modos de nomear, silenciar, argumentar, enquadrar e legitimar sentidos em textos de circulação social. Essa delimitação evita que a proposta se converta em debate genérico sobre temas sociais e sustenta uma análise linguístico-discursiva das práticas de leitura e escrita. Em notícias, reportagens e artigos de opinião, tais dimensões podem ser observadas em escolhas lexicais, atribuição de agência, hierarquia de fontes, seleção de dados, modalizações, pressupostos, marcas de responsabilização e modos de produzir evidência, suspeita, comoção, culpa, ameaça ou apagamento.

Essa matriz dialoga com a LA crítica porque compreende a linguagem como prática social que participa da produção da vida escolar e de seus conflitos (MOITA LOPES, 2006). Também se aproxima dos estudos dos letramentos, uma vez que ler e escrever envolve valores, repertórios, posições sociais e disputas de interpretação (KLEIMAN, 1995; STREET, 2014). Com Orlandi (2009), a análise considera que os estudantes não leem nem escrevem a partir de um ponto vazio, eles mobilizam memórias discursivas produzidas na família, na escola, nas redes sociais, nas igrejas, na mídia e nos discursos jurídicos ou científicos. A intervenção precisa tornar visíveis essas vozes sem exigir exposição biográfica dos estudantes nem os fixar em identidades previamente esperadas.

No eixo racial, Quijano (2005) observa como a colonialidade do poder hierarquiza corpos, conhecimentos e lugares de fala, inclusive quando textos públicos associam certos sujeitos à falta, ao perigo, à exceção ou ao controle. No eixo de gênero e dissidências, Butler (2018) desloca a identidade da ideia de essência e permite analisar a repetição de normas que produzem naturalidade, desvio, respeito, moralidade ou violência. Mbembe (2016) discorre que para ler discursos que tornam aceitável a precarização de algumas vidas, sem forçar a escola a caber em uma teoria produzida para outros regimes de violência. Walsh (2017) orienta a

dimensão pedagógica ao compreender práticas de resistência e reexistência como construção situada, e não como slogan.

O diálogo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e com o Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB reforça esse recorte sem transformá-lo em justificativa burocrática. A BNCC situa a área de Linguagens e suas Tecnologias em práticas de participação social, análise crítica de discursos, produção responsável de sentidos e uso ético das linguagens (BRASIL, 2018). O DCRB aproxima currículo, territorialidade, diversidade, juventudes e formação cidadã no Ensino Médio baiano (BAHIA, 2022). Desse modo, as categorias iniciais da pesquisa acompanham modos de nomeação, enquadramentos argumentativos, uso de fontes, presença ou apagamento de vozes sociais, construção de tese, reescrita e responsabilidade enunciativa. A limitação está no caráter ainda parcial dos dados empíricos, mas a revisão já produziu uma matriz de leitura capaz de articular currículo, linguagem, poder, autoria e cuidado ético sem dispersar o objeto.

CONCLUSÕES

Os resultados parciais desta pesquisa correspondem, nesta etapa, à construção de uma matriz de análise linguístico-discursiva orientada pelas discussões teóricas que sustentam o estudo. O diálogo com Moita Lopes (2006), Kleiman (1995), Street (2014) e Bakhtin (1997) permite compreender a linguagem, os letramentos e os gêneros discursivos como práticas sociais atravessadas por relações, posições e disputas de sentidos. Em interlocução com Orlandi (2009), Pêcheux (2009), Quijano (2005), Butler (2018), Mbembe (2016) e Walsh (2017), essa perspectiva amplia a análise para os processos de nomeação, silenciamento, enquadramento e legitimação de vozes nos textos. Assim, o resultado alcançado até o momento não é empírico, mas teórico e analítico, a elaboração de categorias que poderão orientar a leitura dos dados na etapa de campo.

Por se tratar de uma pesquisa ainda em fase inicial, não se pretende antecipar efeitos da intervenção ou afirmar deslocamentos na produção dos estudantes. A pesquisa de campo ainda não foi realizada e será precedida dos procedimentos éticos necessários à submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Nesse sentido, a continuidade do estudo permitirá confrontar a matriz

construída com as práticas efetivas de leitura e escrita, observando como os estudantes negociam sentidos, mobilizam vozes e constroem autoria diante dos textos trabalhados. O percurso realizado até aqui, portanto, não encerra respostas, mas delimita um olhar investigativo mais preciso e oferece bases para que a etapa empírica seja desenvolvida sem transformar os sujeitos em exemplos prévios da teoria.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para o ensino médio**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília**, DF: MEC, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

KLEIMAN, Angela B. (org.). **Os significados do letramento**: uma perspectiva social. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MBEMBE, Achille**. Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

STREET, Brian V. Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

WALSH, Catherine (ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo II. Quito: Abya-Yala, 2017.